S. T. M.
3ª. SEÇÃO
Data em 26 de Setembro de 19 61

261

19 61

Superior Tribunal Militar

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
3.a SEÇÃO
20 SET 1961
Data assinatura acórdão:
Relator: 20.9.61
LEGISLAÇÃO
JURISPRUDÊNCIA
E DATILOGRAFIA

N.º 26.433

ESTADO DA GUANABARA

Relator, o Sr. Ministro

Gen. Lima Brayner

HABEAS-CORPUS 230

Paciente MAURICIO EUGENIO DO NASCIMENTO SILVA, Maj. Aviador, alegando ter sido prêso, sem motivo, por autoridades militares em exercício na Diretoria do Pessoal do Ministério da Aeronáutica, pede seja pôsto em liberdade.

AUTUAÇÃO 261

Aos 1º dias do mês de setembro de 1961, neste Superior Tribunal Militar, fês a presente autuação.

Pelo Sr. Dr. Secretário:

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
ARQUIVO
Em 3 / 10 / 61

OFICIAL JUDICIÁRIO

BRASIL TESOURO NACIONAL Cr$ 20,00 1º DE 7 DE 61
BRASIL TESOURO NACIONAL Cr$ 10,00 1º DE 7 DE 61

Exmo. Sr. Presidente do Superior Tribunal Militar,
General do Exercito Tristão de Alencar Araripe

HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, brasileiro, casado, advogado com escritório à rua Debret nº 79, 3º andar, Salas 307/311, inscrito sob o nº 319 na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Guanabara, vem, com fundamento no art. 141,§ 23 da Constituição Federal, combinado com os arts. 91, letra c), e 272 do Codigo da Justiça Militar, requerer a presente ordem de habeas-corpus em favor do Major-Aviador MAURO EUGENIO DO NASCIMENTO SILVA, preso, sem o menor motivo,por autoridades militares em exercicio na Diretoria do Pessoal do Ministerio da Aeronautica, nas condições que passa a expor:

1 - Estava o Paciente em sua residencia à rua Joaquim Nabuco nº 226, apto 502, em Copacabana, no Domingo ultimo, 27 de Agosto, quando foi chamado, por telefone, àquela Diretoria, que exigia a sua presença alí, com urgencia;

2 - Ante as anormalidades da situação politico-militar, que se desenrolavam no país, o Paciente achou perfeitamente natural este chamamento, pelo que se dispoz, como de seu dever, a encaminhar-se àquela Diretoria no mais breve espaço de tempo que lhe foi possivel;

3 - Demorando em regressar à sua residencia e em dar informações sobre o seu destino, o que não era compreensivel da parte do Paciente, a sua familia cuidou de saber o que ocorria, dando, para isto, os passos necessários;

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
- 1 SET 1961
SUPER
PROTOCOLO

4 - Por fôrças das indagações feitas, veio a saber, então, que o Paciente recebera ordem de prisão na própria Diretoria do Pessoal do Ministerio da Aeronautica, sendo encaminhado, imediatamente, para um estabelecimento naval, que não foi apontado com precisão, entre os tres indicados: Quartel Central do Regimento dos Fuzileiros Navais na Ilha das Cobras ou porta-aviões "Minas-Geraes" ou navio-escola "Custódio de Mello";

5 - O Paciente não está respondendo a qualquer inquérito policial-militar, ou de natureza administrativa, não tendo, tambem, incidido em qualquer falta disciplinar , não se justificando, assim, a sua detenção;

6 - A hipótese, portanto, é a do art. 141,§ 23 da Constituição Federal, combinado com o art. 272 do Codigo da Justiça Militar, circunstancia que autoriza o requerimento do habeas-corpus, e impõe a sua concessão, pelo Superior Tribunal Militar, em face do que preceitua o art. 91, letra c) do citado Codigo da Justiça Militar, que diz caber a esse Egregio Tribunal

"processar e julgar petições de "habeas-corpus" quando a coa-
" ção ou ameaça emanar de autoridade militar, administrativa ou
" judiciaria, ou Junta de Alistamento e sorteio militar";

7 - No caso ora relatado, o Paciente, que é militar da ativa, foi preso, sem motivo, por outra autoridade militar, fóra das condições previstas na legislação militar;

8 - Não se alegue que a conturbação politico-militar, que ora devasta a comunidade brasileira, autoriza a prisão do Paciente, porque, não tendo ele incidido em dispositivos da legislação militar, não poderia ser preso, por motivos politicos, uma vez que não foi decretado, pelo Congresso Nacional, ora em pleno funcionamento, o estado de sitio, previsto no art. 206 da Constituição Federal, e disciplinado, quanto à detenção de civil ou de militar, no art. 209, item II, da mencio-

SUPER
PROC

nada Constituição.

Pelo exposto, apura-se que a prisão do Paciente Major-Aviador Mauro Eugenio do Nascimento Silva é ato puramente arbitrário, que atenta contra a liberdade legitima de um Oficial Superior da Fôrça Aérea Brasileira, impondo-se, assim, a sua correção através de uma ordem de habeas-corpus, que ora é requerida, devendo o pedido de informações ser feito de forma a que não venha a ser alegado que a situação atual, sendo de confusão, impede esclarecimentos prontos e cabais por parte da autoridade coatora. A liberdade de cada um dos cidadãos desta grande Patria é a mesma para todos, sejam eles civis ou militares. Assim, desde que a autoridade coatora não se põe, imediatamente, à disposição da Justiça, sobretudo a Justiça Militar, impõe-se a concessão da ordem mesmo independentemente das informações pedidas, e que deixaram de ser ministradas no prazo préviamente marcado. Concedendo a ordem, o Superior Tribunal Militar terá seguido as suas nobres tradições, além de fazer, no caso, obra de isenta e superior

JUSTIÇA.

Rio de Janeiro, 1 de Setembro de 1961.

Heraclito Fontoura Sobral Pinto,
Adv.

Valem as emendas Mauricio, em vez de Mauro.

H. Sobral Pinto.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PROTOCOLO Nº 3779
Fls. Nº 258
Em 1 de 9 de 1961

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
- 1 SET 1961
PORTARIA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

RECEBIMENTO

Aos 1º dias de setembro de 1961
Recebi êstes autos para autuação, registrados no Prot. Geral sob n.º 3774 e contêm 8 fôlhas, tôdas numeradas.
Eu Carlos D. [illegible], Of. Jud., pelo Sr. Diretor Geral, escrevi.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

DISTRIBUIÇÃO

Aos Exm.os Srs. Ministros:
Relator: Gen. Lima Brayner
Revisor:
Em, 1 de setembro de 1961
Ministro Presidente

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA

RECEBIMENTO

Aos 1º dias do mês de setembro do ano de 1961 nesta Secretaria, me foram entregues os presentes autos com o despacho supra do que lavro êste têrmo. Eu Carlos D. [illegible] Oficial Judiciário, pelo Sr. Diretor-Geral, escrevi.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA

CONCLUSÃO

Aos 1º dias do mês de setembro do ano de 1961 nesta Secretaria, faço os presentes autos conclusos ao Exm.º Sr. Ministro Relator, Gen. Lima Brayner do que lavro êste têrmo. Eu Carlos D. [illegible] Oficial Judiciário, pelo Sr. Diretor-Geral, escrevi.

À Secretaria para providencias as informações necessarias para esclarecimento do alegado. Em 12/9/61

Jcm. Dr. L. A. Rayol
Relator

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA
EXPEDIENTE

Aos 1 dias do mês de setembro do ano de 1961 nesta Secretaria, me foram entregues os presentes autos com o despacho supra do que lavro este têrmo. Eu Carlos S. de Oliveira Oficial Judiciário, pelo Sr. Diretor-Geral, escrevi.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que nesta data, foram requisitadas as informações determinadas no despacho de fls. supra pelo que passei a presente certidão. Secretaria do Supremo Tribunal Militar, em 1º de setembro de 1961. Eu, Carlos S. de Oliveira pelo Sr. Diretor Geral, o escrevi.

JUNTADA

Aos 11 do mez de setembro anno de 1961, nesta Secretaria, faço juntada aos presentes autos, do documento que se segue, do que lavro este termo. Eu Carlos S. de Oliveira Of. Jud. pelo Sr. Diretor Geral, o escrevi.

Of. nº 1089/2ª Seção

SECRETARIA
Em 1-9-1961

SENHOR DIRETOR

A fim de instruir o pedido de "Habeas-Corpus" impetrado em favor de MAURÍCIO EUGÊNIO DO NASCIMENTO SILVA, Major-Aviador, em que alega ter sido prêso, sem motivo, por autoridades militares em exercício nessa Diretoria, de ordem do Senhor Ministro-Relator, General Lima Brayner, solicito a V.Exª. informações sôbre as citadas alegações, constantes da petição inicial que, por cópia, faço juntar ao presente.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exª. os protestos da minha elevada consideração e aprêço.

WYLMAR DUTRA DE MOURA
DIRETOR GERAL

Ao Exmo. Sr. Diretor do Pessoal do Ministério da Aeronáutica.
N e s t a

Anexa: 1 cópia da inicial.

URGENTE
RESERVADO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Diretoria do Pessoal

Nº 130 /3-DP4-343

Rio de Janeiro, em 6 / 9 /1961

Do: Diretor Geral

Ao: Excelentíssimo Senhor Ministro Relator - General Lima Brayner, do Superior Tribunal Militar.

Assunto: Informações sôbre "Habeas-Corpus" (Presta).

Ref. : Ofício nº 1089/2ª Seção de 01-09-1961, dêsse Egrégio Tribunal.

Anexo : Informações somando três (3) fôlhas.

I - Encaminho a Vossa Excelência as informações anexas, à vista do contido no Ofício da referência, referentes ao "Habeas-Corpus" impetrado pelo Advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto, em favor do Major Aviador - MAURICIO EUGÊNIO DO NASCIMENTO SILVA, que se acha detido no Quartel General da 3ª Zona Aérea, desde o dia 27 de agôsto do corrente ano, por ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica.

- Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de perfeita estima e distinta consideração.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PROTOCOLO Nº 3898
315
Em 11 9 1961

ANTONIO RAIMUNDO PIRES - Cel. Av.
Diretor Geral - Interino.

LSL/DES

Cópias:
Sec.DP..... 1
Chefia DP4.... 1
3-DP4..... 1
TOTAL 3

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
11 SET 1961
PORTARIA

URGENTE
RESERVADO

URGENTE

M. AER. –

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator:

Assunto: "Habeas-corpus" impetrado em favor do Maj.Av. - MAURÍCIO EUGÊNIO DO NASCIMENTO SILVA.

Atendendo ao requerido no Ofício nº 1.089 /2ª Seção, de 01/09/1961, em o qual são solicitados a esta Direção Geral informes que habilitem instruir o "habeas-corpus" impetrado por Heráclito Fontoura Sobral Pinto, e que tem como paciente o Maj.Av. - MAURÍCIO EUGÊNIO DO NASCIMENTO SILVA, tenho a honra de expor a V. Exa. o que se segue:

Inicialmente deve ser declarado a V. Exa. que o Diretor Geral do Pessoal, encaminhou para a detenção ao Comandante da 3ª Zona Aérea, o paciente Maj.Av. - MAURÍCIO EUGÊNIO NASCIMENTO SILVA, cumprindo ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica,

Dêsse modo não é o Diretor Geral do Pessoal a autoridade coatora.

No que tange ao fato, cumpre-me afirmar a V. Exa. que, efetivamente, encontra-se detido desde o dia 27 de agôsto próximo passado o paciente Maj.Av. - MAURÍCIO EUGÊNIO NASCIMENTO SILVA.

Data venia, parece-nos que face aos precisos têrmos do § 6º do artigo 272, do Código da Justiça Militar (Decreto-lei 925, de 2 de dezembro de 1938) a detenção do Maj.Av. - MAURÍCIO EUGÊNIO NASCIMENTO SILVA, não possa ser apreciada através de "habeas-corpus", visto como trata-se de ocorrência disciplinar.

Dito diploma legal é taxativo no citado § 6º do art. 272, quando reza:

"Nas punições disciplinares
não cabe o habeas-corpus".

A detenção do paciente ocorreu tendo em vista os preceitos contidos no artigo 40 § 5º combinado com o artigo 10 nº 75 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (R.D. Aer.), Decreto nº 11.665, de 17 de fevereiro de 1943.

URGENTE

URGENTE

Eis como estão vasados os mencionados dispositivos:

"Art. 40 § 5º - Os detidos para averiguações podem ser mantidos incomunicáveis até o primeiro interrogatório da autoridade cuja disposição se acharem; não devem comparecer a exercício ou serviços. A cessação da incomunicabilidade depende da ultimação das averiguações procedidas com a maior urgência".

"Art. 10 nº 75 - Publicar, difundir ou apregoar notícias exageradas ou falsas, de caráter alarmante, que possam gerar o desassossêgo público".

Como é do superior conhecimento de V. Excia. à apreciação e consequente apuração de faltas relacionadas com a disciplina militar, são da competência única e exclusiva das autoridades militares.

A detenção do paciente que teve o caráter preventivo além de encontrar arrimo no Regulamento Disciplinar da Aeronáutica, também se apoia no artigo 150 do código de Justiça Militar.

Este último preceito legal diz:

"Art. 150 - A detenção preventiva será decretada por ordem escrita, podendo, nos casos urgentes, ser determinada por via telegráfica, ou por qualquer modo que torne certa sua decretação".

Detido preventivamente por falta disciplinar, o paciente terá seu caso apreciado de acôrdo com as leis específicas, podendo redundar na instauração de inquérito policial militar.

Finalmente, face ao texto da lei e a torrencial jurisprudência dêsse Excelso Pretório, escapa sejam apreciados pelo "habeas-corpus", medida jurídica excepcional, os fatos atentatórios a disciplina militar, que são da alçada das autoridades militares e visam assegurar a ordem pública.

Esse são os informes que posso prestar a V. Excia. com relação ao "habeas-corpus" impetrado pelo Advogado -Heráclito Fontoura Sobral Pinto, inscrito na ordem dos Advogados do Brasil, sob o nº 319, em favor do Maj.Av. - MAURÍCIO EUGÊNIO DO NASCIMENTO SILVA.

URGENTE

URGENTE

M. AER. –

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de aprêço e distinta consideração.

ANTONIO RAIMUNDO PIRES - CEL AV
Diretor Geral - Interino

URGENTE

13

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA
CONCLUSÃO

Aos 11 dias do mês de setembro do ano de 1961 nesta Secretaria, faço os presentes autos conclusos ao Exm. Sr. Ministro Relator, Gen. Lima Brayner do que lavro êste termo. Eu Carlos M. dos Santos, Oficial Judiciário, pelo Sr. Diretor-Geral, escrevi.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, foi julgado o presente processo e comunicada a decisão do Tribunal, em sessão de 1.155, ao Senhor Diretor da D. G. P. A. —

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1961.

Carlos M. dos Santos, Of. Judiciário
Pelo Chefe da 3ª Seção

JUNTADA

Aos 26 dias do mês setembro de ano 1961, nessa Secretaria, faço juntada do documento de fls. 14/15 referente ao réu Mauricio E. Nascimento Silva que para constar, lavrei este termo. Eu, _____, Oficial Judiciário, pelo Diretor o escrevi.

14

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Habeas-Corpus nº 26.433 - Est.da Guanabara.

Ementa - Paciente preso por ordem do Ministro da Aeronáutica. Não se toma conhecimento, por ser autoridade coatôra um Ministro de Estado.

Relator: Min.Gen.Ex.Floriano de Lima Brayner.
Paciente: MAURICIO EUGÊNIO DO NASCIMENTO SILVA,Maj. Aviador, alegando ter sido prêso, sem motivo, por autoridades militares em exercício na Diretoria do Pessoal do Ministério da Aeronáutica, pede seja pôsto em liberdade.

Vistos e relatados os autos do processo em que impetra ordem de Habeas-Corpus, o Major Aviador MAURÌCIO EUGÊNIO DO NASCIMENTO SILVA, verifica-se que de acôrdo com as alegações de seu advogado, o paciente se encontrava em sua residência, à rua Joaquim Nabuco nº 226, apt.502, no domingo 27 de agôsto, quando / foi chamado, por telefone, àquela Diretoria que exigia sua presença, com urgência. Ante as anormalidades da situação político-militar em que se debatia o país, o Paciente achou natural o chamamento e apressou-se em comparecer àquela Diretoria. Como não regressasse ao lar, a família procurou saber o que ocorria, vindo a saber que recebera ordem de prisão, na própria Diretoria do Pessoal da Aeronáutica e encaminhado para um estabelecimento naval.

Solicitadas as informações à autoridade, dito, coatora, foi respondido pelo Diretor-Geral do Pessoal da Aeronáutica, que a prisão se cumprira por ordem do Senhor Ministro da Aeronáutica.

Isto pôsto, ACORDAM os Ministros dêste Superior Tribunal, por unanimidade de votos, não tomar conhecimento, por ter sido a pretensa coação ilegal, originária do Ministro da Aeronáutica.

Superior Tribunal Militar 11 de setembro de 1961.

Gen. T. de Alencar Araripe

Min. Gen. Ex. Tristão de Alencar Araripe
Presidente.

Min. Gen. Ex. Floriano de Lima Brayner
Relator.

Min. Dr. Washington Vaz de Mello

Min. Dr. Octavio Murgel de Rezende

Min. Dr. Autran Dourado

Min. Ten. Brig. Alvaro Hecksher

Min. Dr. Adalberto Barretto

Min. Almte. Esqd. José Espíndola

Min. Ten. Brig. Vasco Alves Secco

Min. Almte. Esqd. Diogo Borges Fortes

Min. Gen. Ex. Stênio Caio de Albuquerque Lima

Habeas-Corpus nº 26.433 - Est.da Guanabara.

Ementa - Paciente preso por ordem do Ministro da Aeronáutica. Não se toma conhecimento, por ser autoridade coatôra um Ministro de Estado.

Relator: Min.Gen.Ex.Floriano de Lima Brayner.
Paciente: MAURICIO EUGÊNIO DO NASCIMENTO SILVA,Maj. Aviador, alegando ter sido prêso, sem motivo, por autoridades militares em exercício na Diretoria do Pessoal do Ministério da Aeronáutica, pede seja pôsto em liberdade.

Vistos e relatados os autos do processo em que impetra ordem de Habeas-Corpus, o Major Aviador MAURICIO EUGÊNIO DO NASCIMENTO SILVA, verifica-se que de acôrdo com as alegações de seu advogado, o paciente se encontrava em sua residência, à rua Joaquim Nabuco nº 226, apt.502, no domingo 27 de agôsto, quando / foi chamado, por telefone, àquela Diretoria que exigia sua presença, com urgência. Ante as anormalidades da situação político-militar em que se debatia o país, o Paciente achou natural o chamamento e apressou-se em comparecer àquela Diretoria. Como não regressasse ao lar, a família procurou saber o que ocorria, vindo a saber que recebera ordem de prisão, na própria Diretoria do Pessoal da Aeronáutica e encaminhado para um estabelecimento naval.

Solicitadas as informações à autoridade, dito, coatora, foi respondido pelo Diretor-Geral do Pessoal da Aeronáutica, que a prisão se cumprira por ordem do Senhor Ministro da Aeronáutica.

Isto pôsto, ACORDAM os Ministros dêste Superior Tribunal, por unanimidade de votos, não tomar conhecimento, por ter sido a pretensa coação ilegal, originária do Ministro da Aeronáutica.

Superior Tribunal Militar 11 de setembro de 1961.

ass.)Gen. T. de Alencar Araripe,Presidente.- Gen.F.Lima Brayner, relator.- V. de Mello.- Murgel de Rezende.- Autran Dourado.-Alvaro Hecksher.- A.Barretto.- José Espíndola.- Vasco Alves Secco.- D.Borges Fortes.- Gen.Stênio Lima.

CONFERE

Eunice Fernandes

VISTO

MARIETA DE ALBUQUERQUE
Chefe da 3.a Seção



16

REMESSA

Aos 3 dias do mês de outubro de 19 61; na 2ª Seção do Superior Tribunal Militar, faço a remessa dos presentes autos ao arquivo.

Chefe da 2ª Seção

GK-1 Via-90006008769567